



Editorial

A Revista Agrogeoambiental chega ao seu quinto ano. O IFSULDEMINAS também. Essas trajetórias paralelas merecem uma reflexão sobre condições reais do fazer científico.

O IFSULDEMINAS foi criado em 2008 através de uma lei que unificou numa mesma instituição três escolas agrotécnicas do Sul de Minas Gerais.

As escolas agrotécnicas que originaram o IFSULDEMINAS operavam dentro de limites precisos. Por um lado, o ensino pautava-se pela meta de inculcar técnicas profissionais em estudantes de nível médio. Era a época do “aprender a fazer fazendo”, sem espaço para a inovação ou a curiosidade. Por outro lado, a mesquinhez do orçamento obrigou muitas escolas técnicas federais a dispensar por até um mês os alunos do regime de internato. Faltava comida nos refeitórios. Produzir alimentos para consumo imediato ou comercialização tornava-se por isso uma prática indispensável, mas desprovida de interface educacional efetiva.

A pesquisa científica estava ausente da realidade dessas escolas agrotécnicas. O saber científico se processava com exclusividade em universidades e centros de pesquisa como o Instituto Agrônomo de Campinas e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais.

Mesmo assim, na década de 90, o comprometimento pessoal de alguns poucos docentes iniciou a pesquisa científica nas três escolas agrotécnicas que hoje são os campi Inconfidentes, Machado e Muzambinho do IFSULDEMINAS. Experimentos incipientes recebiam apelidos de “cemitérios” porque reduziam as áreas destinadas a cultivos comercializáveis; a qualificação em mestrados e doutorados chegava a contrariar regulamentos e políticas da rede federal de educação profissional e tecnológica. Era uma ciência no improvável.

O “aprender a fazer fazendo” de fato formou o caráter e a competência de gerações de estudantes, mas o fim dos anos oitenta trouxe tempos novos. O ensino meramente operacional empalidecia diante de um mundo cujas máquinas atingiam complexidade inesperada, o mercado de trabalho ficava flexível, as opções técnicas proliferavam. Escolher entre técnicas avançadas e aplicar conhecimentos científicos pediam novos profissionais, mais abertos, mais curiosos, mais capazes de refletir. O século 21 apenas confirmou essa tendência. Inovar e pensar não são palavras da moda; são a ordem do dia, assim como havia sido a produção de alimentos comercializáveis.

Foi nesse cenário que a Lei 11.892, de dezembro de 2008, interviu ao reordenar a rede federal de ensino técnico e tecnológico. De um dia para outro, a lei transformou as escolas agrotécnicas em campi de institutos federais incumbidos de conciliar ensino, pesquisa e extensão em práticas educacionais que fortalecessem os arranjos produtivos locais. Certamente, a iniciativa daqueles poucos professores – aqueles sonhadores e seus projetos imprestáveis, no vocabulário da época – impediu que a perplexidade dessas novas tarefas causasse paralisia. Fazer ciência não era mais algo irreal, era uma obrigação legal, e alguns poucos professores desses novos institutos vinham fazendo ciência em condições improváveis.

A prática científica dos institutos federais recebeu uma nova ambiência institucional após 2008. Parcerias e convênios viabilizam a qualificação de professores e funcionários em mestrados e doutorados. Editais fomentam a publicação em periódicos nacionais e estrangeiros. Parcela significativa de um orçamento revitalizado (4%, no caso do IFSULDEMINAS) passa a destinar-se exclusivamente à pesquisa e extensão. A iniciação científica começou a frequentar o cotidiano escolar através da inclusão dos institutos federais no catálogo de agências de fomento antes inacessíveis, como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

gico) e a FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais). E modalidades de pós-graduação com perfil profissionalizante, como os mestrados profissionais, revestem-se de novo interesse, e podem beneficiar-se da relação que diversos institutos federais cultivam com a iniciativa privada e os poderes públicos regionais. Não é mais uma ideia impossível que uma daquelas antigas escolas agrotécnicas ofereça programas de mestrado ou até doutorado. Nessas instituições, a ciência é uma possibilidade que medrou no improvável.

O próprio lançamento da Revista Agrogeoambiental somente cinco meses após a criação do IFSULDEMINAS e a sobrevivência desse periódico desafiam a “ordem social das coisas”. O periódico é editado numa instituição de ensino técnico, com pouca graduação e nenhum programa de pós-graduação de mestrado ou doutorado. A Revista Agrogeoambiental reúne em cada edição o trabalho de uma equipe comprometida com processos editoriais transparentes e participativos. São pessoas que acreditam no improvável.

É a essas pessoas, nossos avaliadores, autores e leitores, que agradecemos a oportunidade de publicar essa nova edição.

Boa leitura!